



A Polêmica Eisenstein-Johns I¹

Márcio Souza GONÇALVES²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Trata-se aqui de uma abordagem parcial da polêmica que envolveu Elizabeth Eisenstein e Adrian Johns, materializada em artigos publicados por ambos no *The American Historical Review*, na sequência da publicação de *The Nature of the Book* pelo segundo. Os resultados aqui apresentados são parciais e se restringem a uma abordagem do primeiro texto de Eisenstein, ao que se segue uma breve consideração epistemológica sobre o material abordado.

PALAVRAS-CHAVE: Elizabeth Eisenstein; Adrian Johns; cultura impressa; livro; tecnologia de comunicação.

No ano de 1979, Elizabeth Eisenstein publica *The Printing Press as an Agent of Change*, livro em dois volumes que rapidamente se torna referência obrigatória nas discussões sobre os efeitos culturais da prensa e do impresso. Posteriormente, os alentados volumes são resumidos em uma obra de menor tamanho, esta publicada no Brasil com o título de *A Revolução da Cultura Impressa – os primórdios da Europa Moderna*.

Mais recentemente, no ano de 1998, Adrian Johns publica um livro intitulado *The Nature of the Book*, onde discute o papel da prensa na construção do conhecimento e da ciência moderna, a partir da análise do caso inglês.

Em resumo, *The Nature of the Book* sustenta que a própria identidade da prensa teve de ser feita. Ela veio a ser como agora a experienciamos somente em virtude de trabalho duro, feito por várias gerações em várias nações. (...) *The Nature of the Book* é a primeira tentativa real de retratar a cultura impressa em sua construção (JOHNS, 1998, p. 2-3. A tradução de todas as citações no presente artigo é nossa).

¹ Trabalho apresentado no NP Produção Editorial do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do PPGCom da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, email: msg@uerj.br.



Johns parece ter, do ponto de vista teórico, um adversário claro, e contra este desenha seu próprio texto. Esse inimigo, designado e nomeado em vários momentos, é Elizabeth Eisenstein.

Assim, por exemplo, lemos:

Em seu trabalho [de Eisenstein], a própria prensa fica fora da história. A prensa é algo “sui generis”, ela nos diz, pairando além do alcance da análise histórica tradicional. Sua “cultura” é, de modo correspondente, sem lugar e sem tempo. É suposta existir dado que textos impressos *possuem* alguma característica chave, fixidez sendo a melhor candidata, e carregam-na com eles quando transportados de um lugar para outro. As origens dessa propriedade não são analisadas. De fato, a acusação de determinismo tecnológico algumas vezes levantada contra Eisenstein pode até estar bem fora de propósito, na medida em que ela de modo consistente se recusa a especificar qualquer posição sobre a questão de como a cultura impressa poderia emergir da prensa tipográfica [de tal modo que a cultura impressa parece ser algo intrínseco aos textos impressos e portanto à tecnologia prensa] (JOHNS, 1998, p. 19).

O ponto de discórdia, para Johns, é o fato de Eisenstein atribuir à prensa tipográfica poderes intrínsecos, enquanto que ele acredita que o poder da prensa vem do modo como é usada, portanto depende das apropriações sociais. De um lado, ênfase na prensa, de outro nos usos e nas apropriações.

O tom de Johns é duro.

Posteriormente, no *The American Historical Review*, Eisenstein publica um artigo onde responde a Johns (*An Unacknowledged Revolution Revisited*). Este então, no mesmo espaço, publica um texto de resposta à resposta (*How to Acknowledge a Revolution*), ao que se segue o texto final da polêmica, um *Reply* da parte de Eisenstein. Todos os artigos são densos e contundentes.

A obra de Johns é singularmente desconhecida no Brasil. Nós mesmos fomos talvez os primeiros a discuti-la no campo da Comunicação. Os textos dela, Eisenstein, e dele, Johns, publicados no *The American Historical Review*, enfrentam aqui o mesmo anonimato.

A discussão é importante, dado que envolve o modo como os meios de comunicação produzem efeitos nas culturas em que se inserem, elemento de base para a constituição de qualquer teoria da comunicação.

Anteriormente, já discutimos as posições de Eisenstein e Johns tal como apresentadas nos respectivos livros (notadamente em nosso texto *McLuhan, Eisenstein*



e Johns apresentado no segundo LIHED). O que aqui iniciamos é uma discussão da troca de textos no *The American Historical Review*. Em função de limitações de tempo e espaço, ora tratamos da resposta de Eisenstein ao livro de Johns. Em outro momento, em breve, seguiremos com a resposta deste e a réplica daquela.

As obras iniciais de Eisenstein e de Johns não serão aqui apresentadas, pois resumi-las implicaria em tomar partido no que segue (remetemos o leitor a nosso *McLuhan, Eisenstein e Johns*). Nosso corpus será portanto constituído pelos textos publicados no *The American Historical Review*. Começemos com a apresentação da seqüência dos textos feita por um importante historiador.

1. Uma Revolução Revolucionária?

A apresentação da polêmica no *The American Historical Review* ficou a cargo de Anthony Grafton, e se intitula: *How Revolutionary Was the Print Revolution?*

Após rápidos comentários sobre a história do impresso desde a invenção deste - “Historiadores e filósofos da história tem avaliado o impacto da prensa por mais de 500 anos” (1)³ -, Grafton sustenta que “a maioria dos historiadores profissionais, contudo, devotou relativamente pouca atenção para a impressão e as mudanças sociais e culturais que isso produziu (...)” (3) até os trabalhos de Febvre e outros da Escola dos Annales que abrem um novo momento. Por outro lado,

(...) dois pensadores influentes de fora do mundo dos profissionais de história - o idiossincraticamente especulativo Marshall McLuhan e o muito mais erudito Walter Ong, S.J. - sustentaram em livros influentes que o impresso transformou a psiquê Ocidental (3).

Grafton indica que nos anos 70 e 80 “(...) uma nova história do livro explodiu nas prensas, trazendo contribuições de *scholars* de muitas nações e de muitos estilos” (4), contando-se aí por exemplo Chartier, Darnton, Scribner, Ginzburg. Como resultado, “A história dos livros e leitores gradualmente se definiu como campo (...)” (4).

Ora,

³Adotaremos para as referências aos textos do *The American Historical Review* o sistema lá existente de numeração dos parágrafos. Assim, os números em nossas citações se referem aos parágrafos tais como numerados nos textos originais. Tal sistema facilita sobremaneira a checagem das referências e no caso é bem mais prático do que a indicação de páginas (aliás problemática em textos digitais).



Ninguém fez mais para fazer esse novo campo tomar forma do que Elizabeth L. Eisenstein, cujo massivo estudo em dois volumes *The Printing Press as an Agent of Change*, fora primeiramente publicado pela Cambridge University Press em 1979. Nesse trabalho (...) Eisenstein sustenta (...) que a prensa fez mais do que trazer mensagens para um novo público: ela, de fato, ensejou as transformações tradicionalmente conhecidas como o Renascimento, a Reforma e a Revolução Científica (5).

Como não poderia deixar de ser, segundo Grafton, o livro, além de suscitar debates, “(...) ajudou a inspirar um geração de jovens *scholars* a integrar a história do livros e leitores ao estudo da história intelectual e cultural (...)” (6). Johns, como historiador da ciência, aí se insere: “Um historiador da ciência Britânica mais do que um sintetizador, Johns devota sua obra massiva *The Nature of the Book* a reconstruir o mundo dos impressores e autores da Inglaterra nos primórdios da era moderna (...)” (6).

E assim Grafton inicia o último parágrafo de sua breve apresentação do diálogo textual entre Johns e Eisenstein:

Na troca que segue, Eisenstein e Johns - cada um no seu estilo característico e bastante individual - discutem os respectivos métodos, argumentações e conclusões. Seus artigos permitem ao leitor assistir grandes historiadores de diferentes gerações e formações em ação, e abrem uma série de questões vitais (7).

2. Eisenstein Responde: *An Unacknowledged Revolution Revisited*

Serão destacados aqui os pontos considerados fundamentais na argumentação de Eisenstein, não se tendo aqui a intenção de apresentar a totalidade de seu texto. Muitos parágrafos de preparação da afirmação das teses principais e de exercício retórico são deixados portanto de fora. Como toda leitura, a nossa é arbitrária e parcial, e portanto não dispensa os interessados da consulta dos textos abordados.

A refutação das críticas de Johns passa, para Eisenstein, por uma definição do que é sua, dela, própria obra, suas pretensões e escopo. Assim, lemos (todas as citações nesta seção se referem ao texto de Eisenstein *An Unacknowledged Revolution Revisited*):

A mudança do rolo para o códice e o desenvolvimento de diferentes práticas de leitura são certamente tópicos que valem a pena serem investigados. Mas também o são os efeitos da prensa no fluxo de informação, a coleta de dados, a recuperação de registros e a replicação de imagens e símbolos. Meu trabalho



não se pretendeu enquadrar nem pela história do livro nem pela história da leitura. Ao invés disso, eu tinha em mente uma unidade de estudo mais ampla, atualmente fora de moda: a Civilização Ocidental (ou Críandade Ocidental” - como era conhecida no século quinze). Eu queria explorar como a mudança do manuscrito para o impresso afetou diversas instituições, tradições, ocupações e modos de pensamento e expressão que estavam presentes na Europa Ocidental durante o final do século quinze. Eu estava particularmente curiosa sobre o modo como alterações afetando a transmissão de textos através de muitas gerações afetava sobre consciência histórica. Assim eu estava interessada em uma “longa revolução” que engendrou efeitos cumulativos assim como em uma revolução curta, que engendrou uma rápida aumento quantitativo dos produtos [livros] (3).

Ao mesmo tempo, trata-se para Eisenstein de atacar a posição de Johns, para o que ela chega a se valer de uma comparação com os argumentos da Associação Nacional do Rifle americana:

Com a recente aparição do tão louvado e premiado trabalho de Johns, contudo, as coisas mudaram. Todas as autoridade que decidiram não se alongar sobre as conseqüências da prensa se mostraram erradas – não porque não se alongaram mas porque assumiram que a introdução da prensa teve conseqüências. Como membros da NRA que insistem que “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas”, Johns sustenta que a prensa não preservou textos de modo mais seguro que a cópia manuscrita. Somente pessoas usando a prensa tipográfica poderiam fazer isso (5).

Por outro lado, amenizando ou aparando as arestas, o que não é muito considerando-se o tom posterior do debate, nossa autora aponta algumas das posições de Johns como sendo semelhantes às suas. Assim, os parágrafos 6 e 7 indicam os seguintes pontos de convergência: ambos estariam de acordo sobre a necessidade de se considerar o elemento humano; ambos considerariam a questão dos efeitos da prensa um problema difícil de ser analisado historicamente; ambos se referem aos novos grupos humanos envolvidos em todo o ramo dos livros e a sua importância (os dados de Johns seriam um complemento importante aos esboços de Eisenstein); e para encerrar, Johns, como a própria Eisenstein diz, “ajuda a substancializar minhas próprias sugestões demonstrando como textos foram moldados e anunciados em lojas de livro. Finalmente, dividimos o mesmo desejo de encorajar mais trocas entre historiadores de ciência e de livros” (7).

Mas são os pontos de conflito e discordância os mais importantes, e também os que mais nos interessam aqui.

Eisenstein aborda-os seguindo três eixos:



Em primeiro lugar vem os problemas associados aos processos impessoais. Johns nega que as prensas manuais de madeira tenham qualquer poder intrínseco (armas não matam pessoas) e minimiza a diferença entre manuscrito e impresso. Eu enfatizo a diferença entre os dois modos de duplicação e acredito que a mudança de um para outro afetou significativamente os desenvolvimentos históricos. Em segundo lugar, divergimos acerca da “geografia do livro”. A abordagem de Johns das práticas de imprensa está restrita à Inglaterra, enquanto o escopo da minha é cosmopolita. Ele assim omite a consideração das redes de distribuição continental e as divisões entre Católicos e Protestantes – duas coisas que (em minha visão) afetaram a publicação científica. Em terceiro lugar, enquanto eu vejo o estabelecimento de casas de impressão na Europa do século quinze como inaugurando uma revolução na comunicação, Johns acredita que a “assim chamada” revolução impressa foi um construto discursivo retrospectivo que emergiu apenas no século dezoito ou talvez no dezenove. Aqui, como em outros lugares, Johns é preciso sobre os locais mas muito impreciso sobre datas (8).

Seguindo então os três eixos por ela indicados, comecemos pelo problema dos poderes intrínsecos da prensa.

2.1. Primeiro Eixo

A tese de Eisenstein é bem resumida no primeiro parágrafo da discussão do tópico:

Será que os processos impessoais desempenharam algum papel após a adoção generalizada da impressão tipográfica? Em minha visão, qualquer abordagem completa da “prensa e conhecimento em sua feitura” (para citar o subtítulo de Johns) deve dar espaço para as mudanças nas tecnologias de comunicação tanto quanto para a ação pessoal. As objeções veementes de Johns contra esse ponto me parecem totalmente sem sentido. Ele descarta toda a consideração sobre como o uso da prensa afetou a duplicação de textos e imagens como sendo muito abstrata, “fora da história”, “sem lugar e sem tempo”. Eu não vejo nada abstrato ou fora da história quando se trata da rápida proliferação de casas de impressão na Europa Ocidental e o concomitante aumento na produção de textos. A mudança quantitativa (aumento na produção) é por sua natureza impessoal. Mas isso não é motivo para negar sua significação histórica. Longe de estar fora do tempo ou espaço, as fases iniciais da revolução impressa eram localizadas e datadas. Assim, também, são os movimentos subsequentes dos centros impressores e a expansão das redes de troca (9).

Eisenstein sustenta aqui, então, que tanto os poderes intrínsecos da prensa quanto a ação humana e o uso social da tecnologia devem ser considerados para uma correta abordagem do fenômeno.

Essa afirmação da necessidade de consideração de ambos os aspectos vai de par com a acusação de que Johns não considera os efeitos intrínsecos.



Johns se recusa resolutamente a comparar a quantidade da produção dos copistas com a dos impressores e bruscamente descarta qualquer sugestão de que inovações foram introduzidas pela prensa. Nem mesmo o dramático aumento no número de livros disponíveis depois do meio do século quinze é visto como merecedor de consideração (11).

Ora, os efeitos devem ser considerados, para ela, como do âmbito da disseminação (o que indiretamente aponta para a possibilidade de trabalho intelectual coletivo, de maior crítica textual, de checagem de referências e informações por um maior número de indivíduos etc.), standardização, preservação.

Para Eisenstein, Johns não se preocupa com a disseminação e minimiza sua importância: “Falar de difusão e disseminação’ ele escreve, ‘não é agora satisfatório” (12).

Quanto à standardização e preservação, Eisenstein acusa Johns de confundi-los sob o termo *fixidez*.

Johns confusamente amalgama ambos os termos sob a rubrica de “*fixidez*” - um termo melhor reservado para a preservação somente. Fora uma concessão relutante de que “a prensa estabilizou textos em certa medida”, ele ignora os poderes preservativos da prensa inteiramente e portanto não tem nada a dizer sobre a transmissão textual ou sobre nenhum dos processos que discuti sob o título de “*fixidez e mudança cumulativa*”. (...) Por outro lado, ele fica obsessivamente preocupado com a standardização – um traço que ele persistentemente iguala a “*fixidez*” (13-14).

A má compreensão em torno de “*fixidez*” pela parte de Johns geraria a errônea atribuição por Johns a Eisenstein da idéia de que imprimir gera textos mais uniformes, acurados e *críveis* (14-15).

O problema da uniformidade do material impresso é indicado por Eisenstein como mais um ponto de divergência, sobretudo porque Johns, segundo ela, faria uma comparação problemática entre a prensa e um momento posterior ao da sua invenção (comparação que portanto os contemporâneos dos incunábulo não poderiam nunca ter feito). “Sobre a questão da uniformidade, discordamos, muito porque Johns enfatiza as desvantagens da prensa manual comparada com as posteriores máquinas a vapor, enquanto eu enfatizo suas vantagens comparada com a cópia manual” (14 e 16). Assim, se Johns pode criticar as edições dos primórdios da Modernidade como *inexatas*, tal fato, para Eisenstein, constitui um sério anacronismo, dado que nunca um



contemporâneo dos textos em questão poderia ter feito tal comparação, pelo contrário, os contemporâneos teriam antes louvado os poderes positivos da invenção de Gutemberg, sobretudo no que toca a estandardização.

Eisenstein sustenta que trata da questão da ação humana e se defende portanto da acusação de Johns de que não considera o humano mas apenas os efeitos impessoais da tecnologia quando indica que se, por um lado, maus impressores podem efetivamente perturbar a produção de bons textos e tudo o que disso depende, por outro havia bons impressores, competentes, que assim produziram, em número aumentado, textos que possibilitaram progressos de conhecimento (15). Essa alegada consideração de nossa autora pelo humano vai de par com a acusação, muitas vezes repetida, de que Johns não considera os aspectos impessoais da prensa: “Uma vez que Johns se recusa a considerar os limites impostos pela cópia manuscrita, ele nunca consegue lidar com esse argumento ou qualquer dos exemplos específicos que damos para sustentá-lo” (15).

A questão da estandardização é encaminhada por Eisenstein, assim, a partir do anacronismo de comparação que ela atribui a Johns: se comparamos o que temos hoje com o século XVI, claro que a estandardização é insuficiente (anacronismo de Johns); por outro lado, se comparamos com o XV ou anteriores, os progressos de estandardização são imensos (leitura de Eisenstein).

Eu antes objetei para a dissimulação que é a alegação do fato de que as primeiras cópias não eram todas precisamente iguais. Dissimular desse modo (como faz Johns) é distrair a atenção do fato de que as cópias impressas eram suficientemente iguais para mudar as condições no mundo do conhecimento (...)
(17).

Johns é de certo modo reduzido a seus supostos mentores Schaffer e Shapin, seu livro sendo visto como uma generalização indevida das teses destes relativas à acreditação de experimentos científicos para um âmbito maior (18 e 20). Se os experimentos em laboratórios eram essencialmente localizados em sua ocorrência e dependiam de uma forma de cavalheirismo para sua acreditação, a generalização desse caráter local e dessa ênfase num cavalheirismo para o mundo dos livros, supostamente feita por Johns, é abusiva para Eisenstein, dado o cosmopolitismo dos livros e sua disseminação tanto em termos de produção quanto de consumo para fora do âmbito sociedade dos *gentlemen*.



É a necessária consideração do cosmopolitismo dos livros, que para Eisenstein Johns não consegue realizar uma vez que teoriza sempre localmente, que permite que se compreendam os processos de produção coletiva do conhecimento tornados possíveis pela prensa: aumento do número de textos permite a leitores em diversos lugares diferentes checarem e corrigirem informações que são repassadas ao autor ou editor que pode corrigir uma nova edição e assim sucessivamente (21).

Eisenstein sustenta que tratou dos problemas de acreditação dos livros, no que aborda as possibilidades de produção coletiva de conhecimento abertas pela prensa:

Ele desconsidera a possibilidade de que se possa creditar (ou descreditar) um dado trabalho através da análise de seu conteúdo, da comparação e contraste com outros trabalhos do mesmo campo, mesmo que não se saibam os auspícios estrangeiros sob os quais ele fora publicado. Ele não deixa espaço para o modo como encontros como testemunhos conflitantes, teorias contraditórias e diagramas alternativos levaram à checagem e re Checagem de resultados por observadores e investigadores (19).

Por outro lado, numa nota, a décima nona, nossa autora acusa Johns de construir seu auto atribuído pioneirismo na ligação entre história da ciência e dos livros sobre o “esquecimento” de autores anteriores que trabalharam nessa linha, nomeadamente George Sarton, que publicou nos anos cinquenta.

Para ela, os alegados problemas de acreditação dos livros pelos leitores dos séculos abordados por Johns não passam de alegações infundadas deste autor (18), possivelmente efeito de seu anacronismo acima mencionado. Além disso, o crédito seria um resultado necessário dos esforços coletivos de construção de conhecimento tornados possíveis pela prensa.

Eisenstein atribui a Johns uma equalização entre fixidez, credibilidade e civilidade que ela repugna como indevida, por exemplo a partir do caso da Bíblia Maldita (publicada no século XVII, onde o “não” do mandamento “Não cometerás adultério” foi por engano suprimido, o que mudou de modo drástico a injunção religiosa) ou outras em que ocorria uma espécie de standardização dos erros (22). Nestes casos, civilidade e fixidez não significaram credibilidade.

Além disso, e finalmente, para Eisenstein, a definição do termo pirataria por Johns seria equívoca pois que ampla demais (incluir por exemplo a *tradução* sob o termo seria excessivo). Contra Johns, ela argumenta também que, na mesma linha do

caso da falsa equação civilidade + fixidez = credibilidade, seria também problemático igualar pirataria a texto não confiável e edição autorizada a texto confiável.

2.2. Segundo Eixo

O segundo eixo de discordância entre nossos dois autores, de acordo com Eisenstein, se refere ao escopo das respectivas abordagens. Johns teria uma abordagem hiperlocalizada (Londres como cenário) em oposição ao cosmopolitismo da visada de Eisenstein.

Essa hiperlocalização do trabalho de Johns impediria qualquer generalização para a prensa do início da modernidade ou sua ciência, limitação importantíssima segundo nossa autora. Além do problema espacial, a abordagem de Johns seria defeituosa também no que se refere ao tempo: “Mas a precisão cronológica não é o ponto forte de Johns. Sua abordagem vai para frente e para trás num intervalo indeterminado de tempo e, para a maior parte, pula o primeiro século da prensa” (24).

Além disso, as trocas entre Londres e o resto do mundo não seriam consideradas:

Ninguém nunca adivinharia por seu relato que as prensas iniciais inglesas eram largamente operadas por artesãos estrangeiros ou que a importação de livros impressos do continente continuou e cresceu mesmo depois que impressores ingleses se tornaram mais numerosos (24).

Como consequência dessa localização restrita, a consideração da divisão entre católicos e protestantes e o papel dessa divisão para a constituição da ciência moderna, por exemplo no caso da censura, ficam intocados.

Johns é acusado de fazer uma teoria “cor de rosa” acerca dos procedimentos de regulação e ordenação do campo do livro, para ele necessários para a produção de credibilidade. Uma visão para Eisenstein acachapante, que não dá conta das flutuações políticas dentro de um mesmo espaço ou das diferenças entre por exemplo Londres e outros centros produtores (Veneza, Amsterdã etc.).

Enquanto pinta sua representação cor de rosa das condições inglesas, Johns aponta problemas em meu retrato dos impressores e livreiros como sendo “inimigos naturais” de tais regimes [de controle]. Mas os homens de livros que eu pinto deste modo não eram *stationers* londrinos, cujas atividades (é preciso notar) eram realmente marginais em relação ao vasto comércio continental de livros dos inícios da modernidade. Tampouco eram eles os impressores



privilegiados de Paris. Eram, antes, os mais inconseqüentes empreendedores que “tinham boas razões para evitar ambientes dinásticos consolidados organizadamente e temer a extensão do controle de Roma” (28).

Pode-se mesmo imaginar (nossa autora cita Darnton em apoio) que o mais importante seria essa prensa menor em relação aos grandes centros citados (28-9).

Evidentemente, Eisenstein se referirá ao modo como Johns contrapõe Galileu a Tycho Brahe. Para ela, tanto a apreensão do primeiro quanto do segundo por Johns seriam tendenciosas. Assim, por exemplo, se referindo a Johns, Eisenstein escreve:

Mas é seu relato que põe o trabalho de Tycho “fora da história”, isolando-o na remota ilha dinamarquesa e assumindo que ele só poderia ser contaminado quando entrasse em domínio público. É seu relato que desconectou Tycho de seu assistente, que lutou para produzir as Tabelas Rudolfinas na desordem da Guerra dos Trinta Anos” (33).

Assim, a acusação de que Eisenstein situaria a prensa fora do tempo e do espaço de certa maneira se volta contra Johns.

O modo como Johns situa outro personagem histórico, Blaeu, também é criticado. Essa discussão se insere numa crítica mais ampla à maneira como Johns fecha o círculo em torno dos *gentlemen* em sua consideração dos efeitos da prensa, ao que Eisenstein contrapõe sua própria abordagem centrada no não-cavaleiro (35-6-7, especialmente o último). O ponto de tensão parece aqui se localizar, implicitamente, no modo como cada um deles situa os processos que levaram à acreditação do textos impressos: na visão de Eisenstein, Johns insiste demasiadamente numa espécie de cavalheirismo dos gentlemen como o motor relevante, enquanto que para ela é o trabalho coletivo, mais do que grau de cavalheirismo, o que realmente importa. Como o trabalho coletivo é tributário de um efeito intrínseco da prensa (como vimos acima, aumento quantitativo), está colocado o ponto de oposição para com Johns.

2.3. Terceiro Eixo

O terceiro eixo de argumentação é o que envolve a compreensão do conceito de *revolução impressa*, central para Eisenstein, como simples construto teórico geral bem posterior à invenção da prensa (Johns) ou como descriptor eficaz da realidade engendrada pela prensa desde a sua fundação (nossa autora).



Soma-se a isso uma nova acusação quanto à imprecisão das datas de Johns e de sua cronologia. Eisenstein é bastante clara:

Finalmente, problemas de periodização precisam ser tratados. Dado seu desinteresse em distinguir entre manuscrito e impresso e sua indiferença pelo comércio cosmopolita de livros, não é surpreendente que Johns esteja preparado para descartar a revolução impressa como nada mais do que um construto discursivo. Não é surpreendente, mas é intrigante que ele encare o construto como tão tardio – como uma “criação retrospectiva” produzida “no século dezoito... para servir como ponto separando Descartes, Bacon, Newton e a modernidade da corrupção, superstição, ignorância e despotismo”. Aqui, como em outros lugares, incerteza quanto à cronologia prevalece (38).

A crítica mostra como na realidade a localização da invenção do construto de revolução impressa sobretudo em Condorcet é curiosamente incompatível com o que diz o próprio Johns (o que pode ser complementado por outras fontes) acerca de diversos antecedentes deste conceito. Se construto for, sua gênese deve ser bem anterior ao que supõe nosso autor.

Ora, o horizonte maior desta argumentação parece ser a proposição de que na realidade essa regressão cada vez mais tardia na genealogia do construto de revolução impressa aponta para o fato de que este construto não é apenas um construto posterior, mas antes uma descrição efetiva dos processos que tiveram lugar produzida inicialmente pelos próprios contemporâneos destes processos.

Temos então, segundo Eisenstein, mais um procedimento de dissimulação da parte de Johns: sua discussão acerca dos inventores da prensa oculta o fato de que a genealogia do conceito de revolução impressa, se bem feita, nos leva até as proximidades de Gutemberg, temporalmente falando (o que permitiria ver revolução impressa como descrição eficaz nativa dos efeitos da prensa, como vimos acima).

A longa seção que Johns devota às disputas acerca de Gutenberg versus Coster (e Caxton versus Corsellis) serve para distrair a atenção para o fato de que a formação do construto ocorreu muito cedo. Ela [a longa seção] também elide a necessidade de se considerar meu ponto de partida para a revolução impressa (encarada como desenvolvimento histórico e não como “construto”) (41).

Essa discussão do inventor silenciaria o trabalho coletivo, anônimo, cosmopolita, silenciaria assim os efeitos impessoais da prensa, nos termos de Eisenstein.



De passagem, Michael Warner é apontado como o aliado teórico de Johns nessa interpretação da gênese tardia do construto de revolução impressa (44).

Segue-se, quase para terminar, uma acusação de falta de familiaridade (que no âmbito em que é proferida é claramente um eufemismo) com os protocolos da ciência histórica (talvez bastante injusta), notadamente no que toca ao tratamento do tempo.

Embora Johns deva ter algum conhecimento do “trabalho do historiador”, ele parece não ter familiaridade com seus protocolos e acha normal pular centenas de anos. “Se isso significasse apenas o fato de que a revolução impressa que nos é familiar aconteceu quatro séculos depois do que até aqui se pensava”, ele escreve, “então meu argumento não seria, no final das contas, tão incômodo. Isso implicaria apenas a reconsideração da cronologia do que permaneceria, em essência, a história que já existe”. Isso pode soar bem para uma sensibilidade “pós-moderna”. Mas a idéia de que duas histórias permanecem essencialmente a mesma quando colocadas separadas por quatro séculos é, para essa *old-fashioned* historiadora, de fato muito incômoda. O estabelecimento de casas de impressão em toda a Europa do século quinze é a base de uma história. A industrialização dos processos de impressão é a base para outra história. Juntar as duas joga o tempo fora de seu eixo mesmo quando altera a “revolução impressa que nos é familiar” para além de todo reconhecimento possível (45-6).

Nossa autora termina duramente, sustentando que Johns “presta um verdadeiro desserviço ao conhecimento histórico tratando a virada do manuscrito para o impresso como sem conseqüências” (47) e que “historiadores que crescem no século vinte e um não deveriam ter de se debater com uma revolução não reconhecida novamente” (47), numa alusão ao título de sua resposta a Johns.

3. Conclusão

Como dissemos acima, aqui estamos dando voz à resposta de Eisenstein ao livro de Johns. A reação deste, bem como a tréplica da primeira, serão por nós abordadas em outro momento. Destacamos que o que aqui se apresenta são os resultados iniciais da abordagem dos argumentos dos dois autores, portanto não temos a pretensão da exatidão e do esgotamento de suas idéias.

Vimos como a argumentação de Eisenstein passa tanto por uma clarificação de sua posição quanto por um ataque às proposições de Johns e seu modo de análise. Positivamente, são indicados pontos de convergência entre ambos, negativamente três eixos são definidos para a exploração das divergências: consideração dos poderes



intrínsecos da prensa contra consideração das apropriações humanas e do uso; escopo cosmopolita versus hiperlocalização geográfica; interpretação da noção de cultura impressa como descrição de processos históricos contra sua interpretação como construto tardio que não dá conta adequadamente do modo de inserção social dos impressos.

À guisa de conclusão, parcial aqui mais do que em qualquer lugar, dado que se trata realmente da abordagem em andamento (dois textos importantes do *corpus* restam para serem discutidos), indicamos um ponto que nos parece importante, sem com isso tomar partido a favor de um ou outro dos contendores.

Parece-nos que estamos em face de dois pensadores que trabalham a partir de paradigmas e de questões diferentes, de modo que é perfeitamente possível que ambos tenham razão, cada um a seu modo.

Nossa leitura é a de que Eisenstein trabalha num âmbito de análise macro, respondendo a uma pergunta que nos parece ser relativa às condições de alguns movimentos culturais importantes (Renascimento, Reforma, Revolução Científica) mais do que a sua causa no sentido estrito. Ela pode então ver a prensa como fundamental: o aumento quantitativo, padronização, preservação etc. tornam possíveis os movimentos acima mencionados.

Vemos Johns como alguém que não se interessa pela descrição macroscópica, mas antes pelos detalhes das microoperações cotidianas. Nesse nível claro é que a tecnologia não existe sem as apropriações, que o uso é o que conta. Sua pergunta não é pelas condições de possibilidade, mas pelo modo de desenrolar dos fenômenos: daí a diferença.

Se nossa leitura estiver correta, os dois abordam questões diferentes a partir de níveis de descrição diferentes. Talvez, como dissemos, possam estar os dois certos, cada um a seu modo. Uma abordagem futura do texto de resposta de Johns e da tréplica de Eisenstein é mais do que nunca necessária.

REFERÊNCIAS

EISENSTEIN, Elizabeth L. **An Unacknowledged Revolution Revisited** . The American Historical Review Vol. 107, Issue 1. Acesso em 16 de maio de 2009. Disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/107.1/ah0102000087.html> .



EISENSTEIN, Elizabeth L. **The Printing Press as an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

EISENSTEIN, Elizabeth L.. **A Revolução da Cultura Impressa – os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

EISENSTEIN, Elizabeth L.. **Reply**. The American Historical Review Vol. 107, Issue 1. Acesso em 16 de maio de 2009. Disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/107.1/ah0102000126.html> .

GONÇALVES, Márcio Souza. **McLuhan, Eisenstein e Johns** . Trabalho apresentado no II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Niterói: UFF, 2009. Acessível em <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/segundoseminario/index.php/resumos/por-autor-prenome/96-de-j-a-m?lang=pt> .

GRAFTON, Anthony. **How Revolutionary Was the Print Revolution?** The American Historical Review Vol. 107, Issue 1. Acesso em 16 de maio de 2009. Disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/107.1/ah0102000084.html> .

JOHNS, Adrian. **The nature of the book: print and knowledge in the making**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.

JOHNS, Adrian. **How to Acknowledge a Revolution**. The American Historical Review Vol. 107, Issue 1. Acesso em 16 de maio de 2009. Disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/107.1/ah0102000106.htm> .